

A VONTADE DE VERDADE E O DISPOSITIVO DISCURSIVO NEGACIONISTA NA PANDEMIA DE COVID-19

THE WILL TO TRUTH AND THE DENIALIST DISCURSIVE APPARATUS IN THE PANDEMIC COVID-19

José Domingos¹
Raquel de Souza Bastos²

Resumo: Este artigo investiga a construção da vontade de verdade no discurso político negacionista proferido pelo então Presidente da República Jair Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. Fundamentado na Análise do discurso de orientação foucaultiana, com especial atenção aos conceitos de discurso, dispositivo, vontade de verdade, governamentalidade, práticas de si e subjetividade desenvolvidos por Michel Foucault, o estudo analisa como essa vontade de verdade se constituiu e se materializou discursivamente. O *corpus* de análise compreende pronunciamentos oficiais e postagens em redes sociais do então presidente, veiculados entre 2020 e 2021, que minimizavam a gravidade da doença e contestavam as medidas sanitárias. Os resultados demonstram que o discurso presidencial operou uma estratégia deliberada de descredibilização da ciência e da imprensa, utilizando-se de apelos religiosos e ideologias neoliberais para legitimar narrativas anticientíficas e priorizar a economia em detrimento da saúde pública. Conclui-se que essa prática discursiva, ao silenciar contra-discursos e instituir um regime de verdade negacionista, atuou diretamente na moldagem da subjetividade e do comportamento da população brasileira, revelando a indissociabilidade entre poder, saber e verdade na esfera social.

Palavras-chave: Discurso. Negacionismo. Vontade de Verdade. Poder. Pandemia.

Abstract: This article investigates the construction of the will to truth in the political denialist discourse delivered by former President Jair Bolsonaro during the COVID-19 pandemic in Brazil. Grounded in Foucauldian Discourse Analysis, with particular attention to Michel Foucault's concepts of discourse, apparatus, will to truth, governmentality, and subjectivity, the study aims to analyze how this will to truth was constituted and discursively materialized. The analytical corpus comprises official pronouncements and social media posts by the former president, disseminated between 2020 and 2021, which minimized the disease's severity and challenged sanitary measures. Results demonstrate that the presidential discourse employed a deliberate strategy of discrediting science and the press, leveraging religious appeals and neoliberal ideologies to legitimize anti-scientific narratives and prioritize the economy over public health. It is concluded that this discursive practice, by silencing counter-discourses and instituting a denialist regime of truth, directly influenced the shaping of the Brazilian population's subjectivity and behavior, revealing the indissociability of power, knowledge, and truth in the social sphere.

Keywords: Discourse. Denialism. Will to Truth. Power. Pandemic.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Professor da Faculdade de Linguística, Letras e Artes da UEPB e do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da UEPB. Membro do grupo Teorias do sentido: discursos e significações (TEOSSENO-CNPq-UEPB). Email: domingosuepb@gmail.com. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5983371809380235>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2765-1009>

² Graduada em Letras-português pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: raquelbastos40@gmail.com. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8650634789055491>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9664-8312>

Introdução

A produção discursiva em uma sociedade é intrinsecamente condicionada pela imagem e pela posição social do enunciador, que se situa em um contexto histórico e social determinado. Nesse sentido, as instituições, como o Estado e a mídia, desempenham um papel crucial na disseminação e legitimação do que é considerado “verdade”. Este artigo concentra-se na análise do discurso político negacionista que emergiu no Brasil durante a pandemia de COVID-19, proferido pelo então Presidente da República, Jair Bolsonaro.

No contexto da pandemia de COVID-19, iniciada no Brasil em fevereiro de 2020 com o primeiro caso registrado e a primeira morte em março do mesmo ano³, observou-se uma polarização discursiva acentuada. Enquanto o Ministério da Saúde e a comunidade científica internacional, representada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), preconizavam medidas de contenção como o isolamento social e o uso de máscaras, discursos contrários emergiram da figura do então Chefe do Executivo Federal. Em 24 de março de 2020, em pronunciamento oficial, o Presidente da República afirmou que as medidas de isolamento eram inadequadas e prejudiciais à economia brasileira. Paralelamente, minimizou a gravidade da doença, responsabilizou a mídia por "disseminar pânico" e incentivou o retorno às atividades laborais, priorizando a manutenção dos empregos em detrimento da saúde pública.

Como observa Silva et al. (2020), o contexto pandêmico no Brasil foi marcado por uma esfera pública bolsonarista caracterizada pela circulação sistemática de discursos de pós-verdade e *fake news*, configurando um cenário inédito de confronto entre saber científico e poder político. Este fenômeno não pode ser compreendido apenas como “desinformação”, mas como uma estratégia discursiva complexa que mobilizou dispositivos específicos de produção de verdade.

Diante desse cenário, e considerando a posição de poder ocupada pela figura de representante do Estado, que confere aos seus dizeres a capacidade de influenciar o

³ O primeiro caso registrado de infecção pelo SARS-CoV-2, vírus causador da COVID-19, no Brasil, ocorreu em 26 de fevereiro de 2020. A primeira morte causada pelo Coronavírus teve seu primeiro registro no dia 12 de março do mesmo ano, segundo dados do Ministério da Saúde. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), estudos realizados pela comissão científica concluíram que as medidas eficazes para o controle da disseminação do vírus seria a higienização das mãos com álcool em gel, uso de máscaras e evitar qualquer tipo de aglomeração, resultando no isolamento social.

comportamento e a opinião popular, a questão central deste artigo é: De que forma se constituiu uma vontade de verdade em torno do discurso político negacionista do então Presidente da República sobre a pandemia de COVID-19, e como ela se materializou discursivamente, moldando as relações de poder e as subjetividades no Brasil?

Com vistas a esta questão, argumentamos que o discurso presidencial, ao longo da pandemia, mobilizou vontades de verdade específicas, dentre as quais ganhou relevo uma vontade de verdade negacionista. Esta se construiu por meio de estratégias discursivas que visavam desqualificar o conhecimento científico e legitimar narrativas anticientíficas, com o objetivo de priorizar a economia em detrimento da vida. Essa vontade de verdade não apenas recontou a realidade da pandemia, mas a reinventou, reinscrevendo significados e relações de poder que impactaram diretamente a saúde pública e a percepção social da crise, bem como acirrou o enfrentamento político e a discussão econômica no país.

Para sustentar esta análise, o trabalho será fundamentado na Análise do Discurso (AD), com base nos postulados de Michel Foucault (2000; 2006; 2008a; 2008b; 2009; 2013), especialmente seus conceitos de discurso, dispositivo, vontade de verdade, governamentalidade, práticas de si e processos de subjetivação. Essa abordagem permitirá investigar como a materialidade discursiva do pronunciamento presidencial se configura como um espaço de produção de sentidos e de constituição de regimes de verdade em um dado momento histórico.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como se constituiu a vontade de verdade negacionista no discurso do Governo Federal no contexto da pandemia da COVID-19. De forma específica, busca-se: a) compreender as condições de produção que possibilitaram a emergência dos discursos negacionistas do então Presidente; b) identificar como operou o dispositivo discursivo negacionista na legitimação de verdades anticientíficas; c) examinar de que modo a governamentalidade negacionista atuou na condução das condutas da população, incluindo a produção de subjetividades.

Metodologicamente, a investigação aqui empreendida insere-se no campo dos estudos discursivos que compreendem a linguagem não como mero instrumento de comunicação, mas como prática social constitutiva da realidade, conforme postulam tanto a arqueogenetologia foucaultiana quanto a análise do discurso de matriz pecheuxtiana. Tal

convergência teórico-metodológica permite investigar simultaneamente as condições históricas de emergência do discurso negacionista e os mecanismos específicos de produção de sentidos em sua materialidade linguística. A abordagem qualitativa é escolhida por permitir uma imersão aprofundada nos fenômenos discursivos, compreendendo as relações complexas entre linguagem, sujeito, história e ideologia, sem buscar generalizações estatísticas.

O *corpus* de análise é constituído por enunciados proferidos pelo então Presidente da República Jair Bolsonaro, em momentos-chave da pandemia de COVID-19 no Brasil, entre os anos de 2020 e 2021. Foram selecionados: a) Pronunciamento oficial em cadeia nacional (24 de março de 2020). Este pronunciamento, veiculado em rádio e televisão, foi o primeiro de grande repercussão em que o presidente se opôs publicamente às medidas sanitárias e minimizou a pandemia. b) Postagens em redes sociais (*Facebook/Instagram*, 2020-2021). Neste caso, serão analisadas postagens específicas que defendiam o uso de medicamentos sem comprovação científica (ex: cloroquina/hidroxicloroquina) e que convocavam a população para atos de jejum/oração como forma de “salvação” da pandemia, ou que questionavam a imprensa e a ciência. A escolha dessas postagens visa explorar a materialização do discurso negacionista em plataformas digitais, que amplificam a circulação de “verdades” alternativas.

A estrutura deste artigo está organizada da seguinte forma: após esta introdução, a seção “Fundamentos teóricos” apresentará e aprofundará os conceitos foucaultianos de discurso, dispositivo, vontade de verdade, governamentalidade e subjetividade, detalhando os procedimentos metodológicos de análise a partir da perspectiva arqueogenalógica. Na sequência, “Análise e discussão do *corpus*” dedicar-se-á à análise propriamente dita dos excertos discursivos, demonstrando como a vontade de verdade negacionista se materializa. Por fim, a seção de “Considerações finais” sintetizará os achados da pesquisa, reforçará a tese central e discutirá as implicações mais amplas do estudo para o campo da Análise do Discurso e da política contemporânea.

1 Fundamentos teóricos

A análise da construção da vontade de verdade no discurso político negacionista durante a pandemia de COVID-19 exige um arcabouço teórico capaz de explorar as complexas relações entre linguagem, poder e a constituição de sentidos em contextos sociais e históricos específicos. Para tanto, este estudo se alicerça nas contribuições da Análise do Discurso de orientação foucaultiana, mobilizando os postulados de Michel Foucault na compreensão do fenômeno discursivo.

1.1 Discurso, poder e vontade de verdade

Michel Foucault (1926-1984) oferece uma perspectiva inovadora sobre o discurso, que se afasta da concepção de mera representação da realidade. Para Foucault, o discurso é uma prática produtora de realidades, um sistema de regras anônimas e históricas que determinam o que pode ser dito, pensado e, consequentemente, o que pode ser considerado verdade em um dado período e sociedade. Em *A Arqueologia do Saber* (2008a), ele afirma que os discursos são práticas que formam os objetos dos quais falam. Isso significa que os discursos não descrevem o mundo de forma indiferente, mas o constituem, estabelecendo um campo de possibilidades para a produção de sentidos e definindo os limites do dizível e do pensável.

Em sua fase genealógica, Foucault desenvolve a noção de poder-saber, distanciando-se da ideia de poder como algo meramente repressivo ou que se manifesta apenas em ações diretas de coerção. Para ele, o poder é uma rede produtiva, capilar, que atravessa e constitui os indivíduos, operando em todas as esferas da vida social, desde as instituições até as práticas cotidianas. Não há saber sem poder, nem poder sem saber; eles se implicam e se reforçam mutuamente (Foucault, 2008b). O saber produzido em uma sociedade está intrinsecamente ligado às relações de poder que o tornam possível e, ao mesmo tempo, que são legitimadas por ele. A perseguição e exclusão social, por exemplo, não se sustentam apenas pela força bruta, mas por um complexo sistema de saber (pseudocientífico, propagandístico) que justifica suas ações e molda a percepção da realidade.

Nesse contexto, Foucault introduz o conceito de vontade de verdade, um dos pilares deste estudo. Em *A Ordem do Discurso* (2013), ele argumenta que em toda sociedade a produção do discurso “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2013, p. 8-9). A vontade de verdade, portanto, não é uma busca universal pela verdade em si, mas um sistema histórico de exclusão e coerção que delimita o que pode ser aceito como verdadeiro. Ela é “o poder que se quer conquistar” (Foucault, 2013, p. 8). Trata-se de uma imposição discursiva que, apoiada por instituições e pela legitimação social, tende a exercer pressão sobre outros discursos, funcionando como um poder de coerção. Em outras palavras, a sociedade escolhe quais discursos serão aceitos e circularão como verdadeiros, e as relações de poder constroem estratégias para justificar essa verdade.

Foucault caracteriza a vontade de verdade como um dos grandes sistemas de exclusão que modulam o discurso, operando como dispositivo histórico de produção do verdadeiro. Segundo o autor, esse dispositivo tem como função conjurar perigos, dominar o acontecimento e esquivar-se de sua materialidade. O conceito de dispositivo, que será aprofundado adiante, permite compreender como a vontade de verdade articula elementos discursivos e não discursivos em uma rede estratégica de poder-saber.

Complementarmente, Foucault (2006) desenvolve a noção de cuidado de si como uma atitude geral, uma forma de atenção, um modo de relação consigo mesmo que atravessa diferentes práticas. O cuidado de si designa, segundo o autor, um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência. Esse cuidado de si se materializa em práticas de si específicas – exercícios concretos através dos quais os sujeitos agem sobre si mesmos.

Enquanto o cuidado de si nomeia uma atitude ética fundamental, as práticas de si referem-se aos procedimentos concretos e às técnicas efetivas pelas quais essa atitude se realiza. O cuidado de si não representa uma fuga das relações de poder, mas uma forma específica de relação consigo mesmo que pode abrir possibilidades de resistência e transformação subjetiva mesmo em contextos de dominação discursiva. Esta dimensão é

relevante para compreender como, mesmo sob a hegemonia de um discurso negacionista, emergiram formas de resistência e contra-condutas na sociedade brasileira.

Ainda no âmbito foucaultiano, a subjetividade é compreendida não como uma essência inata ou um “eu” autônomo e preexistente, mas como o resultado de processos históricos, sociais e discursivos. Os sujeitos são dobrados pelo poder, isto é, constituídos e fabricados por relações de força e saber que definem quem eles podem ser, como podem agir e como podem se reconhecer. Foucault (2009) explora como o poder, em suas diversas formas (disciplinares, biopolíticas), não apenas oprime ou reprime, mas também produz e constitui os indivíduos como sujeitos, moldando suas identidades, comportamentos e modos de relação consigo mesmos e com os outros.

Apesar de serem constituídos pelas relações de poder, os sujeitos não são meramente passivos. Foucault (2006), ao longo de seus estudos, explorou o conceito de práticas de si (ou tecnologias do eu). Essas práticas referem-se aos modos pelos quais os indivíduos agem sobre si mesmos para se transformar, se conhecer e se cuidar, buscando certa autonomia ou domínio sobre suas próprias existências. A escrita de um diário, a autoanálise, os exercícios de meditação ou as dietas ascéticas são exemplos de práticas de si. Elas representam um trabalho do sujeito sobre si mesmo, haja vista que, ainda que seja uma operação inscrita nas relações de poder e nos regimes de verdade estabelecidos, tal operação pode abrir um espaço para a constituição de uma subjetividade singular e, por vezes, de resistência.

Assim, a perspectiva foucaultiana nos permite analisar como o discurso político, ao articular saberes e ao exercer poder, constrói uma vontade de verdade que busca governar a conduta dos indivíduos, instituindo regimes de verdade específicos sobre a realidade da pandemia. No entanto, essa abordagem também abre espaço para investigar como, em meio a essa imposição discursiva, os sujeitos podem (ou tentam) constituir-se e resistir através de suas próprias práticas de si, mesmo que limitadas pelas condições históricas e sociais que os atravessam.

Esta perspectiva é aprofundada em Foucault (2016), haja vista que o autor explora como os processos de subjetivação envolvem uma relação complexa entre sujeição e resistência. Assim, a subjetividade não é simplesmente o resultado passivo dos dispositivos de poder, mas emerge da tensão produtiva entre as forças que buscam modelar o sujeito e as

práticas através das quais este constitui uma reação singular consigo mesmo. No contexto da pandemia, isso significa que a adesão ou resistência ao discurso negacionista não pode ser compreendida apenas em termos de manipulação ideológica, mas deve considerar os complexos processos a partir dos quais os indivíduos constituem sua própria subjetividade em relação aos regimes de verdade disponíveis. Compreender essa dinâmica é fundamental para analisar os efeitos do discurso negacionista na condução das subjetividades e comportamentos sociais.

1.2 Dispositivos discursivos e governamentalidade

O conceito de dispositivo, tal como desenvolvido por Foucault (2000), permite compreender o negacionismo não como mera “opinião” ou “ideologia”, mas como uma tecnologia específica de poder que articula elementos discursivos e não-discursivos em resposta a uma urgência histórica. Segundo Foucault, o dispositivo “tem como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (*Ibid.*, p. 244). No contexto da pandemia, o dispositivo negacionista respondeu à urgência de manter a legitimidade política e o projeto neoliberal diante de uma crise sanitária que ameaçava ambos.

Desse modo, o dispositivo discursivo de que de fez uso o governo brasileiro naquele momento caracterizou-se pela articulação estratégica de quatro elementos principais: a) Desqualificação epistêmica sistemática: Não se tratava apenas de contestar dados específicos, mas de deslegitimar a própria autoridade epistêmica da ciência, criando especialistas alternativos e promovendo uma equivalência entre saber científico e senso comum; b) Sacralização da economia: Construção de um imperativo econômico apresentado como mais fundamental que a preservação da vida, operando através da naturalização da lógica neoliberal que subordina todas as outras esferas sociais à racionalidade do mercado; c) Mobilização religiosa: Instrumentalização estratégica de discursos religiosos não apenas como consolo espiritual, mas como alternativa epistêmica ao conhecimento científico, promovendo práticas como jejum e oração como soluções efetivas para a pandemia e d) Espetacularização midiática: uso sistemático das redes sociais não apenas para comunicar,

mas para criar um ambiente discursivo alternativo no qual as verdades negacionistas pudessem circular e se legitimar através da repetição e da adesão massiva.

Na esteira disso, uma governamentalidade negacionista operou através de técnicas específicas de “condução das condutas” que buscavam moldar não apenas as opiniões, mas os comportamentos concretos da população. Para Foucault (2009), a governamentalidade designa “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Foucault, 2009, p. 785), permitindo compreender como o poder opera não apenas via coerção, mas também pela produção de subjetividades específicas.

Nessa direção, como observam Silva et al. (2020), o bolsonarismo da esfera pública caracterizou-se pela criação de um ambiente discursivo no qual práticas de risco eram ressignificadas como atos de coragem e resistência. Um exemplo dessa estratégia pode ser observado quando o então presidente solicitou que apoiadores filmassem leitos hospitalares para produzir um efeito de comprovação de que não havia superlotação (Prazeres, 2020), demonstrando como o discurso negacionista operava através da produção de evidências alternativas que desafiavam os dados oficiais.

Ações biopolíticas lastreadas por um discurso negacionista se refletiram em diversos aspectos da subjetividade da população. Como pensava Foucault, o campo da subjetividade está fincado em práticas de si. Estas, por sua vez, são “as práticas sensatas e voluntárias pelas quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular” (2006, p. 15). No contexto da pandemia, observa-se como parte da população brasileira desenvolveu práticas específicas de constituição de si como “sujeitos livres” que “não se deixam enganar pela mídia” ou que “confiam mais em Deus do que na ciência”.

Essas práticas de subjetivação negacionista incluíam um conjunto de ações dos sujeitos que transformavam suas condutas no cotidiano: a recusa ativa das medidas sanitárias como forma de “resistência” à “ditadura sanitária”, construindo a subjetividade de “cidadão consciente” em oposição às “massas manipuladas”. Concomitante a isso, a adesão a grupos e redes sociais que reforçavam as verdades alternativas, criando comunidades de sentido que ofereciam reconhecimento e pertencimento marcava a atividade nessa ação do sujeito sobre si. Inclui-se também aqui a adoção de comportamentos de risco como forma de “demonstrar

coragem” e “fé”, transformando a exposição ao vírus em um ato de afirmação identitária. E ainda, um último movimento nesse exercício de se produzir enquanto sujeito do negacionismo, identifica-se a construção de uma relação específica com o saber, que privilegiava a experiência vivida e o senso comum em detrimento do conhecimento especializado.

Essa constituição de subjetividades negacionistas, operada através do encontro entre técnicas de governamentalidade e práticas de si, revela como o dispositivo discursivo atuou não apenas no plano das ideias, mas na produção de modos específicos de existência. A análise desses processos exige atenção às regularidades enunciativas que sustentaram a emergência e circulação dos discursos negacionistas, tema que será aprofundado na análise do *corpus*.

1.3 Regularidades enunciativas do discursivo

Uma compreensão do funcionamento do que estamos chamando de dispositivo negacionista e sua relação com o poder passa pela circunscrição de suas regularidades enunciativas. Segundo Foucault (2008a), a análise arqueológica do discurso busca descrever regularidades que governam a formação de enunciados em determinado campo discursivo. Trata-se de identificar as regras que tornam possível o aparecimento de certos objetos, conceitos, modalidades enunciativas e estratégias em um dado momento histórico.

Para Foucault (2008a, p. 43), “chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”. Uma formação discursiva, na perspectiva arqueológica foucaultiana, caracteriza-se pelo sistema de dispersão que articula objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas segundo regularidades específicas. No caso do discurso negacionista sobre a COVID-19, observa-se a constituição de uma formação discursiva que se diferencia da formação discursiva científico-sanitária, mobilizando outros saberes, outras evidências, outras modalidades enunciativas que visavam deslegitimar o consenso científico estabelecido.

A noção de acontecimento discursivo permite compreender como o discurso, embora inscrito em regularidades enunciativas, produz efeitos de sentido inéditos em suas condições históricas de emergência. Foucault (2008a) afirma que a análise do discurso como

monumento – e não como documento transparente – exige atenção à especificidade de sua irrupção como acontecimento. Os dizeres negacionistas sobre a COVID-19 não emergiram do vazio, mas se inscreveram em condições de possibilidade específicas que articularam elementos dispersos (religião, neoliberalismo, antipetismo, anticomunismo) de forma a produzir uma verdade alternativa sobre a pandemia.

A formação discursiva negacionista estabeleceu relações complexas com outras formações discursivas presentes no campo social brasileiro. Conforme Foucault (2008, p. 66), é preciso analisar “as relações entre enunciados (ainda que o autor não os conheça, ainda que se trate de enunciados anônimos, todos transitórios, todos mal fixados nas palavras, na escrita ou em qualquer linguagem)”. Essas relações permitiram que o discurso negacionista mobilizasse elementos do fundamentalismo religioso, do neoliberalismo econômico e do autoritarismo político, articulando-os em uma rede estratégica de produção de verdade.

O funcionamento dessa formação discursiva negacionista operou através de uma política do silêncio que não só promovia certas verdades, mas silenciava sistematicamente vozes dissidentes. Para Foucault (2013), o discurso é atravessado por três grandes sistemas de exclusão: a interdição (nem tudo pode ser dito em qualquer circunstância), a separação/rejeição (oposição razão/loucura) e a vontade de verdade. No caso do discurso negacionista, o silenciamento atuou por meio da desqualificação sistemática de cientistas, jornalistas e profissionais de saúde que defendiam medidas sanitárias rigorosas, operando uma interdição que buscava controlar o que poderia circular como verdadeiro.

A análise arqueogenalógica permite compreender que nenhum discurso emerge misteriosamente. Ao contrário, toda enunciação se inscreve em um arquivo – conjunto de regras que, em uma época dada, definem os limites e as formas do dizível, da conservação, da memória, da reativação e da apropriação (Foucault, 2008a). O arquivo do discurso negacionista mobilizou uma memória discursiva que reativou sentidos sedimentados sobre comunismo, perseguição religiosa, conspiração globalista, ressignificando-os nas condições específicas da pandemia.

Fica evidenciado dessa discussão sobre o sujeito e as regularidades enunciativas que a subjetividade discursiva emerge não da transparência da consciência, mas de um complexo jogo de assujeitamento e possibilidades de resistência que atravessam o sujeito enunciador.

A perspectiva foucaultiana permite problematizar as relações entre discurso, poder e subjetividade, fornecendo bases para compreender como as relações de poder-saber constituem vontades de verdade e delineiam processos de subjetivação inscritos em regularidades enunciativas historicamente situadas.

Essa abordagem teórica permite-nos analisar o discurso negacionista não apenas como um fenômeno conjuntural, mas como uma prática discursiva que mobilizou estrategicamente elementos de diferentes formações discursivas (religiosas, econômico-liberais, populistas) para constituir um regime de verdade alternativo ao saber científico-institucional. O funcionamento dessa formação discursiva negacionista revela-se, assim, como um exercício de poder que visa não apenas questionar verdades estabelecidas, mas instaurar uma vontade de verdade que serve a interesses políticos específicos, demonstrando a indissociabilidade entre poder, saber e verdade na arena discursiva contemporânea.

2 Análise e discussão do *corpus*

A pandemia de COVID-19, em sua irrupção no cenário brasileiro, não se manifestou apenas como uma crise sanitária, mas como um campo de intensa disputa discursiva. Nesse contexto, o discurso político presidencial, ao longo de 2020 e 2021, assumiu um papel central na moldagem da percepção pública sobre a doença e as medidas de enfrentamento. Esta seção dedica-se à análise da produção de sentido desses discursos, demonstrando como se constituiu uma vontade de verdade negacionista que descredibilizou a ciência e a imprensa, e priorizou a economia em detrimento da saúde pública, mobilizando estratégias específicas de poder-saber e interdiscurso.

O primeiro grande movimento discursivo presidencial de oposição às medidas sanitárias emergiu em 24 de março de 2020, por meio de um pronunciamento oficial em cadeia nacional de rádio e televisão. A Sequência Discursiva 1 (SD1) é emblemática dessa estratégia:

SD1: [...] O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à

normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o confinamento em massa [...]. (Brasil, 2020).

Nessa SD1, o então Presidente da República instaura um regime de verdade (Foucault, 2013) que opera pela minimização da ameaça do vírus (“brevemente passará”, “terra arrasada”) e pela primazia de valores econômicos. O discurso constrói uma verdade em que a continuidade da vida e a preservação de “empregos e sustento das famílias” são intrinsecamente ligadas ao retorno à normalidade, deslegitimando o isolamento social. Ao afirmar que “nossa vida tem que continuar” e “devemos, sim, voltar à normalidade”, o enunciado presidencial opera para desqualificar as medidas de contenção como entraves ao progresso, e não como proteção à vida. Essa vontade de verdade desvia o foco da crise sanitária para a crise econômica, obliterando a percepção da urgência e do perigo. A insistência na “normalidade” em um contexto de pandemia visa apagar o acontecimento disruptivo do vírus, subordinando-o a um desejo político-econômico.

A inscrição na língua dessa vontade de verdade opera conforme o que Foucault (2008a) denomina de regularidades enunciativas, mobilizando elementos que funcionam como evidências naturalizadas. que funcionam como evidências naturalizadas. O sintagma “nossa vida tem que continuar” convoca uma memória discursiva que associa vida não à preservação biológica, mas à continuidade das atividades produtivas, revelando como a formação discursiva neoliberal se articula ao negacionismo sanitário. Essa governamentalidade negacionista, funciona conforme Foucault (2009), conduzindo as condutas da população mediante a naturalização de uma racionalidade econômica que subordina a vida à produtividade. A escolha lexical presidencial, longe de ser neutra, materializa posicionamentos que inscrevem os sujeitos em determinado regime de verdade. Essa busca por reconstrução da verdade se aprofunda ao desqualificar a gravidade da doença, associando-a a condições de saúde triviais. A sequência discursiva 2 (SD2) ilustra essa tática:

22

SD2: [...] O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine. Devemos sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em

especial aos nossos queridos pais e avós, respeitando as orientações do Ministério da Saúde. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão [...]. (Bolsonaro, 2020)

Aqui, o discurso presidencial emprega uma estratégia de seleção de saberes (Foucault, 2008a), priorizando informações parciais ou distorcidas para construir uma verdade conveniente. Ao focar apenas no grupo de risco e minimizar os sintomas em jovens (raros são os casos fatais [...] nada sentiria) o presidente desqualifica a ameaça geral do vírus.

O uso da expressão “gripezinha” ou “resfriadinho”, embora remeta a uma fala anterior do médico Drauzio Varella em outro contexto, é ressignificada no discurso presidencial como trivialização lexical da doença. Os diminutivos funcionam como mecanismo de atenuação semântica da gravidade da COVID-19 e, por extensão, da necessidade de medidas protetivas. Essa apropriação e deslocamento de dizeres anteriores demonstra como o discurso negacionista opera rearticulando elementos dispersos do arquivo para produzir efeitos de sentido específicos.

O resultado é a produção de um efeito de sentido de que a pandemia não seria tão letal quanto a mídia e a ciência afirmavam, gerando uma falsa sensação de segurança na população, especialmente entre os mais jovens. O respeito aos “queridos pais e avós” é apresentado como uma preocupação seletiva que, ironicamente, negligencia o risco de contaminação generalizada, priorizando a manutenção do funcionamento social e econômico. Esse exercício de governamentalidade opera conduzindo as condutas mediante a produção de subjetividades que naturalizam a exposição ao risco em nome da economia.

O discurso presidencial negacionista também se manifestou na desqualificação direta de fontes de saber consideradas legítimas, como a comunidade científica e a imprensa. As figuras 1 e 2 do material ilustram essa faceta da construção da vontade de verdade:

Imagen 1: Bolsonaro pede fim do isolamento


O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse, durante entrevista no programa Brasil Urgente, nesta sexta-feira (27/03), que pode fazer novo pronunciamento em cadeia nacional neste sábado (28/03). O jornalista José Luiz Datena perguntou se vai ser mais calmo do que **o anterior, que causou grande revolta na maioria dos brasileiros.** “Vai ser verdadeiro, a interpretação vai ser de quem tá ouvindo. Eu não falo o que o povo quer, mas o que o povo precisa ouvir”, respondeu o presidente.

Fonte: Metrópolis, 2023⁴

A imagem 1, mostrando o presidente em um pronunciamento, é acompanhada de uma legenda onde ele afirma: “Vai ser verdadeiro, a interpretação vai ser de quem tá ouvindo. Eu não falo o que o povo quer, mas o que o povo precisa ouvir”. Esta declaração é central para a compreensão da vontade de verdade conforme a ótica foucaultiana. Ao transferir a verdade para a interpretação de quem está ouvindo, e ao afirmar que não fala o que o povo quer, mas o que “precisa ouvir”, o presidente se posiciona como um detentor de uma verdade superior.

Essa autoproclamação inscreve-se em uma modalidade enunciativa específica: a posição de sujeito que enuncia da condição de Presidente da República mobiliza relações de poder que conferem autoridade ao dizer. Conforme Foucault (2009), a governamentalidade opera precisamente através dessa condução das condutas que se apresenta como verdade necessária ao governado. No contexto de seu discurso negacionista, dadas as condições de produção marcadas pela urgência sanitária e pela polarização política, essa posição enunciativa opera uma inversão: aquilo que o presidente quer que o povo internalize como verdade é apresentado como aquilo que o povo precisa ouvir, naturalizando a imposição de um regime de verdade que serve a interesses políticos específicos.

⁴ Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-pede-fim-do-isolamento-por-coronavirus-algumas-mortes-terao-paciencia>. Acesso em 16/08/2023

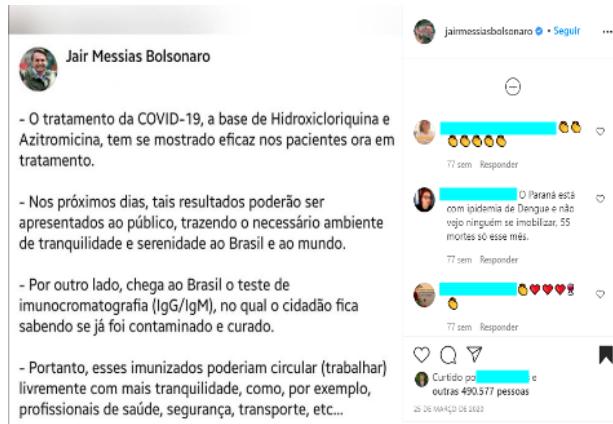
Na esteira desta estratégia discursiva de construir uma verdade que lhe convém, o presidente mobilizou apoiadores para que entrassem em hospitais para filmar leitos (Prazeres, 2020). Tal gesto demonstra uma estratégia ainda mais direta de descredibilização da imprensa e das instituições de saúde. Ao solicitar que apoiadores filmassem hospitais para “mostrar a real dimensão da epidemia”, o presidente subverte o regime de saber médico-científico, sugerindo uma suposta manipulação de dados e uma falta de transparência por parte das autoridades de saúde.

Essa prática não apenas questiona a credibilidade de fontes de informação estabelecidas, mas também incita a desobediência civil e a confrontação direta com as instituições, fortalecendo a instituição de um regime de verdade negacionista em oposição à verdade científica. Trata-se de uma governamentalidade que opera mediante a produção de contra evidências, mobilizando a população para atuar como produtora de verdades alternativas. O objetivo é criar uma verdade paralela que, ao ser disseminada via redes sociais e apoiadores, adquire legitimidade social pelo volume de adesão, e não pela validação factual.

A promoção de medicamentos sem eficácia comprovada, a exemplo da cloroquina, foi outra estratégia discursiva na construção desse regime de verdade negacionista.

25

Imagen 2: Postagem de Bolsonaro



Fonte: Instagram, 2021⁵

⁵ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B-KrYIfBvO9/>>. Acesso em: 27 de setembro de 2021

O enunciado da imagem 2 materializa visualmente essa promoção, mostrando uma postagem que reafirma a eficácia da hidroxicloroquina e azitromicina. Tal ato discursivo opera no uso estratégico das redes sociais para a disseminação de um saber alternativo, atuando como um canal direto de produção de sentido e de construção da verdade presidencial, contornando a mídia tradicional e os filtros científicos. Conforme Foucault (2013), o discurso é controlado, selecionado, organizado e redistribuído por certas regras e instituições. Ao utilizar uma rede social, o presidente contorna os mecanismos impostos pela imprensa tradicional e pelas instituições científicas que exigiriam validação dos dados. Esse movimento estratégico permite que um saber sem comprovação se imponha.

A postagem afirma: “O tratamento da COVID-19, a base hidroxicloroquina e Azitromicina, tem se mostrado eficaz nos pacientes ora em tratamento.” Essa afirmação, desprovida de evidências científicas e validada apenas pela autoridade do emissor, atua como um exercício de poder sobre o saber. Ela busca formar objetos (o tratamento eficaz) e constituir verdades (“resultados positivos”) que desafiam o consenso médico. Ao prometer que “nos próximos dias, tais resultados poderão ser apresentados ao público, trazendo o necessário ambiente de tranquilidade e serenidade ao Brasil e ao mundo”, o discurso não apenas reforça a ilusão de um saber futuro, mas também visa conjurar o perigo e dominar o acontecimento da pandemia, como descrito por Foucault (2013) em relação às funções da vontade de verdade. O objetivo não é a descoberta da verdade, mas a imposição de uma verdade útil à agenda política.

Essa prática discursiva nas redes sociais, ao proclamar uma "cura" sem base científica e ao sugerir que a população imunizada poderia circular (trabalhar) livremente, contribui para um regime de verdade que prioriza a economia e a "normalidade" em detrimento das medidas de saúde pública. O post, como artefato discursivo, não é apenas um informativo; é uma manifestação performática da vontade de verdade presidencial, que busca reorganizar o campo do saber sobre a pandemia, silenciando vozes divergentes e estabelecendo uma verdade que serve a interesses específicos de poder.

Outra estratégia do discurso presidencial para construir sua vontade de verdade negacionista no período pandêmico foi a mobilização do interdiscurso religioso, que buscou transferir a resolução da crise sanitária para o campo da fé. O vídeo intitulado “Campanha

de jejum e oração” (postado no *facebook* em 4 abril de 2020) é um exemplo da articulação do interdiscurso religioso com o discurso político. O vídeo inicia com o fragmento bíblico: “Josafá decidiu consultar o Senhor e proclamou um jejum em todo reino de Judá”⁶. Nessa articulação discursiva o presidente se posiciona como um líder ungido, comparando-se a Josafá, que buscou a intervenção divina contra um inimigo (a pandemia). Essa analogia ressignifica a crise de saúde como uma provação divina a ser superada pela fé, e não pela ciência. Aqui, elementos da formação discursiva religiosa são mobilizados para fornecer legitimidade transcendental ao discurso negacionista, prometendo prosperidade e aniquilando previsões catastróficas pela fé.

Ao analisar a materialidade enunciativa do vídeo, percebemos que esses discursos lastreados na religiosidade e, sobretudo, proferidos por um representante de um país, podem se tornar um dizer verdadeiro, justamente pela posição de poder que o enunciador ocupa. A esse respeito, Foucault (2009) nos mostra que a verdade está imbricada ao poder de forma indissociável, e é por meio do discurso verdadeiro que as relações de poder guiam e conduzem as ações dos sujeitos.

É nesta direção que atua discursivamente a sequência seguinte:

27

SD3: “Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o princípio, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo nesse novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos. Deus abençoe nossa Pátria querida.” (Brasil, 2020)

A SD3 endossa essa articulação. A exortação “Sem pânico ou histeria” e a promessa de que “venceremos o vírus” e nos “orgulharemos de estar vivendo nesse novo Brasil” constroem um futuro otimista, descolado da realidade científica, ancorado na crença em um destino divino para a nação. O apelo final “Deus abençoe nossa Pátria querida” consolida a aliança entre o poder político e a autoridade religiosa. Essa mobilização de elementos religiosos atua na constituição da subjetividade (Foucault, 2016) dos indivíduos, moldando-os a acreditar que a fé é um escudo contra a doença e que a intervenção divina é mais eficaz que as medidas sanitárias.

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1568812446600579>

As práticas de si incentivadas pelo discurso presidencial, como o jejum e a oração, não operam como exercícios de resistência ao poder, mas como técnicas de governo de si que reforçam a governamentalidade negacionista. Conforme Foucault (2006), as práticas de si podem ser mobilizadas em diferentes direções: tanto como possibilidade de constituição autônoma quanto como reforço de dispositivos de assujeitamento. No contexto analisado, as práticas religiosas incentivadas pelo governo funcionaram como técnicas que conduziram os sujeitos a agir sobre si mesmos de modo a naturalizar a exposição ao risco sanitário.

Ao se aliarem ao discurso presidencial, líderes religiosos que temiam a paralisação de cultos, contribuíram para a formação de uma vontade de verdade a partir da qual a economia e a fé se sobreponham à ciência, reforçando a desobediência ao isolamento social. Naquele contexto de pandemia, esse dispositivo discursivo que entrelaça política e religião atua emoldurando a relação que o sujeito estabelece consigo mesmo. Desse modo, a discursividade delineia a subjetividade por meio de jogos de verdade (Foucault, 2016) que circulam socialmente e impõem obrigações de verdade que o sujeito interioriza e pratica.

Essa estratégia não apenas legitimou o discurso negacionista, mas também construiu um antagonismo: aqueles que seguiam as medidas sanitárias eram implicitamente associados a ideologias “contrárias” ou “esquerdistas”. Esse movimento põe em funcionamento a interdição aos discursos que contestassem a narrativa oficial. Assim, a construção de uma vontade de verdade alinhada aos interesses do governo brasileiro à época foi acompanhada por um sistemático controle do saber e silenciamento dos contra-discursos, especialmente aqueles oriundos da esfera científica e da mídia.

Nessa direção, o Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020, que regulamentou a Lei nº 13.979 para definir serviços essenciais, foi interpretado pelo discurso presidencial de forma a priorizar a economia.

Imagen 3: Diretrizes do Ministério da saúde

Ministério da Saúde

O que você procura?



Ministério da Saúde divulga diretrizes para tratamento medicamentoso de pacientes

Publicado em 20/05/2020 23h28 | Atualizado em 21/05/2020 14h27

Compartilhe: [f](#) [t](#) [p](#)

As recomendações publicadas nesta quarta-feira (20) são para o tratamento precoce, com cloroquina e hidroxicloroquina, de pacientes com COVID-19, no Sistema Único da Saúde (SUS).

O Ministério da Saúde divulgou nesta quarta-feira (20) as [orientações](#) para ampliar o acesso de pacientes com COVID-19 ao tratamento medicamentoso precoce, ou seja, no primeiros dias de sintomas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O documento traz a classificação dos sinais e sintomas da doença, que pode variar de leve a grave, e a orientação para prescrição a pacientes adultos de dois medicamentos associados à azitromicina: a cloroquina e o sulfato de hidroxicloroquina. A escolha do melhor tratamento para a doença pode variar de acordo com os sinais e sintomas e a fase em que o paciente se encontra. Esses dois medicamentos já eram indicados para casos graves, hospitalizados.

Fonte: Ministério da saúde⁷

Embora configure uma medida legal, a publicização do documento atesta como o governo instrumentalizou informações sobre “tratamento precoce” (Cloroquina, Azitromicina) para criar uma ilusão de cura e controle da doença. Essa ação, que incluiu a mudança de protocolo e a nomeação de um ministro da saúde alinhado à visão presidencial, nos dá a ver o exercício do poder-saber (Foucault, 2009). O saber médico-científico foi suprimido em favor de um poder governamental que visava controlar a crise sanitária, ou pelo menos os discursos acerca da pandemia, por meios não comprovados, que faziam eco a uma vontade de verdade que priorizava a lógica econômica.

Também nessa lógica, vimos a interdição discursiva (Foucault, 2013) ganhar forma na exoneração de ministros da saúde (José Henrique Mandetta e Nelson Teich) que defendiam as medidas de isolamento e as diretrizes da OMS. Essa governamentalidade negacionista operou mediante o controle dos aparelhos de Estado, silenciando tecnicamente as vozes dissonantes dentro do próprio governo. Ao afastar vozes que representavam um saber divergente ao discurso presidencial, o governo buscou garantir que apenas os discursos que se alinhasssem à vontade de verdade que lutava para se estabelecer circulassem e fossem legitimados.

Essa prática põe em relevo a face coercitiva do poder, que busca eliminar a polifonia discursiva para consolidar uma narrativa única, mesmo que em detrimento da evidência científica e da saúde pública. A governamentalidade, conforme Foucault (2009), opera tanto

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/>

através da condução das condutas da população quanto através da gestão dos aparelhos institucionais. No caso analisado, a exoneração dos ministros configura um exercício de governamentalidade que visa assegurar que o próprio Estado produza e faça circular exclusivamente as verdades convenientes ao projeto político em curso.

Como efeito prático dessa rede de sentido em disputa sobre a pandemia, acompanhamos a divisão da população e a construção de um trajeto de desconfiança em relação às instituições científicas e à mídia. Ao rotular os que divergiam das ações presidenciais como “esquerdistas” ou “comunistas”, o discurso político fomentou uma polarização que, em última instância, silenciou vozes críticas e legitimou o negacionismo como uma verdade aceitável. Essa é a materialização da vontade de verdade enquanto dispositivo de controle social, onde o que é aceito não é o que é cientificamente comprovado, mas o que é instrumental para os interesses de poder e ideologia dominantes.

Portanto, a análise do *corpus* ora recortado nos permite verificar que o discurso presidencial sobre a pandemia de COVID-19 operou como uma complexa rede de poder-saber, mobilizando elementos de diferentes formações discursivas e estabelecendo regularidades enunciativas que, coletivamente, construíram e solidificaram uma vontade de verdade negacionista. Nesse regime instituído para o que se pretende verdadeiro, ao minimizar a crise sanitária, desqualificar a ciência e a imprensa, e apelar para o campo religioso, construíram-se condições de possibilidade para a irrupção em parte da sociedade de uma subjetividade favorável à primazia econômica no lugar da saúde pública. A governamentalidade negacionista, operando através da condução das condutas e da mobilização de práticas de si específicas, configurou um dispositivo de poder que subordinou a preservação da vida biológica aos imperativos políticos e econômicos do governo.

30

Considerações finais

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo demonstraram que o discurso negacionista presidencial durante a pandemia de COVID-19 não pode ser compreendido simplesmente como desinformação ou irracionalidade, porém deve ser analisado como um

dispositivo complexo de poder que articulou elementos discursivos e não-discursivos em resposta a uma urgência histórica específica.

A mobilização dos conceitos da Arqueogenalogia foucaultiana revelou como a constituição de um dispositivo discursivo negacionista operou por meio da produção de uma vontade de verdade alternativa que buscava governar as condutas da população brasileira. Assim, a lente foucaultiana foi fundamental para compreender como o discurso de uma figura pública reúne as condições de possibilidade para reconfigurar momentos históricos, visto operar como ferramenta ativa na produção de realidades e na constituição de regimes de verdade. A minimização da gravidade da doença, a desqualificação das medidas sanitárias e o apelo à primazia econômica constituíram uma verdade oficial que buscava refutar o consenso científico. Essa vontade de verdade negacionista se materializou em estratégias como a trivialização lexical (gripezinha, resfriadinho) e a mobilização de uma posição enunciativa que, da condição de Presidente da República, impunha verdades baseadas não em evidências, mas em convicções ideológicas e políticas.

A análise arqueogenalógica permitiu desvelar como essa vontade de verdade foi construída por meio da articulação de diferentes formações discursivas e de regularidades enunciativas específicas. A mobilização de elementos da formação discursiva religiosa, por exemplo, inseriu a crise sanitária em uma narrativa de provação divina a ser superada pela fé, fornecendo uma base transcendental para a desobediência civil e a desqualificação da ciência. Da mesma forma, a articulação com a formação discursiva neoliberal legitimou a priorização da economia em detrimento da saúde pública. Essas articulações não só validaram o discurso negacionista, mas também atuaram na constituição da subjetividade dos indivíduos, incitando-os a internalizar essa verdade e a agir de acordo com ela, gerando impactos diretos no comportamento social e na saúde coletiva.

A análise demonstrou, ainda, que a constituição do dispositivo discursivo negacionista implicou um sistemático controle do saber e a interdição de contra-discursos. A desqualificação da imprensa e a exoneração de ministros da saúde foram atos de poder que visavam silenciar as vozes dissonantes e consolidar uma narrativa única, evidenciando a indissociabilidade entre poder, saber e verdade na esfera social. O que é verdadeiro em um

dado contexto discursivo é, muitas vezes, o que serve aos interesses de poder, e a disputa pela verdade é, em última instância, uma luta pelo poder.

Ademais, a governamentalidade negacionista operou através de técnicas específicas de condução das condutas, produzindo subjetividades que naturalizavam a exposição ao risco sanitário. As práticas de si incentivadas pelo discurso presidencial, como o jejum, a oração e a recusa ativa das medidas sanitárias, funcionaram não como exercícios de resistência, mas como técnicas de governo de si que reforçavam o dispositivo de assujeitamento.

O caso do negacionismo da COVID-19 no Brasil serve como um exemplo de como a linguagem, quando imbuída de poder e utilizada estrategicamente, pode ter profundas consequências na vida e na saúde da população. A vigilância sobre as práticas discursivas, portanto, não é apenas um exercício acadêmico, mas uma ferramenta essencial para a defesa da democracia, da ciência e do bem-estar social.

Por fim, não foi nosso objetivo analisar grandes volumes de dados para “comprovar” a existência ou amplitude de uma ordem discursiva do negacionismo da COVID-19 no Brasil. Tampouco reivindicamos ineditismo na atenção a esta temática. O que buscamos foi evidenciar, por meio de exemplos específicos, a necessidade de compreender os mecanismos intrincados pelos quais os discursos políticos, sobretudo em tempos de crise, podem construir verdades alternativas, delinejar a subjetividade e influenciar o curso dos acontecimentos sociais. Nessa direção, a Análise do Discurso nos dá lastro para a leitura desses acontecimentos e a compreensão da relação entre linguagem e política, bem como a forma como esse relacionamento atravessa os conflitos sociais. Portanto, nossa atenção sobre as práticas discursivas não é apenas um exercício acadêmico, mas uma ferramenta essencial para a defesa da democracia e da ciência.

32

Referências

BOLSONARO, Jair. *Campanha de jejum e oração pelo Brasil*. Facebook. 04 de abril de 2020. Disponível em:<<https://www.facebook.com/watch/?v=1568812446600579>>. Acesso em: 27 de setembro de 2021

BOLSONARO, Jair. *O tratamento da COVID-19, a base Hidroxicloroquina e Azitromicina, tem se mostrado eficaz nos pacientes ora em tratamento.* Instagram. 25 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B-KrYlfBvO9/>>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

BOLSONARO, Jair. *É mais fácil fazer demagogia diante de uma população assustada, do que falar a verdade.* Instagram. 25 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B-t6S29nSVH/>>. Acesso em: 26 de setembro de 2021.

BRASIL. *DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, JAIR BOLSONARO, EM CADEIA DE RÁDIO E TELEVISÃO – PALÁCIO DO PLANALTO.* Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de-radio-e-television-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro>>. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. *Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.* Brasília: Planalto, 20 mar. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm Acesso em: 27 set. 2021.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: _____. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito.* 2 ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber.* Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população:* curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder.* In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica.* 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 233-295.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso:* aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Subjetividade e verdade.* (R. Abílio, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2016.

PRAZERES, Leandro. *Bolsonaro pede apoiadores que entrem em hospitais para filmar leitos.* Extra, Rio de Janeiro, 14 mai. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/coronavirus/bolsonaro-pede-apoiadores-que-entrem-em-hospitais-para-filmar-leitos-24475445.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA, Cris Guimarães Cirino da et al. *O bolsonarismo da esfera pública: uma análise foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, fake news e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro.* 2020. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7664>> Acesso em: 27 set. 2021.